



GOVERNANÇA UNIVERSITÁRIA: UM PANORAMA MUNDIAL.

JUNE ALVES DE ARRUDA

Universidade de Brasília

june.alves@gmail.com

GUSTAVO FILICE DE BARROS

Universidade de Brasília

gustavofilice@gmail.com

RESUMO

Este estudo busca realizar um panorama mundial da produção científica sobre governança universitária. Para alcançar esse objetivo foi realizada uma pesquisa bibliométrica sobre o tema Governança Universitária no primeiro semestre de 2018, abrangendo todas as publicações até 2018 na base de dados *Web of Science*. Considerando os critérios definidos no escopo deste estudo obteve-se uma amostra final de 176 artigos. Como resultado, verificou-se o crescimento significativo no número de publicações e citações, especialmente na última década. Identificou-se predomínio de pesquisas com origem nos EUA, Europa e Austrália, em inglês, com autores pouco especializados no tema e concentração em revistas da área educacional, economia e administração pública. Foi identificada muito baixa presença de estudos latino americanos (3,98% da amostra). A pesquisa demonstrou que a Governança Universitária é um campo com amplas possibilidades de exploração e novas pesquisas, especialmente no cenário de internacionalização e mudanças nas universidades. Sugere-se a replicação do estudo na base SciELO cujo foco em publicações de pesquisas científicas de países em desenvolvimento, espera-se, revele melhor o panorama das publicações latino americana.

Palavras-Chaves: Governança Universitária; Bibliometria; Produção Científica.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas a prática da governança mudou significativamente e tem sido utilizada de maneira transversal na gestão governamental. Tal fenômeno implica a adequação da administração pública às novas necessidades da sociedade em termos de políticas públicas para atender às demandas sociais por serviços públicos. Eventos como guerras, mudanças climáticas, crise econômica, desastres ambientais e outros, levam a mudanças na governança. Tais mudanças são provocadas pelas alterações ocorridas no mundo, que são cada vez mais intensas e frequentes, em consequência, o grau de complexidade para resolução de tais conturbações também fica aumentado. Nesse quadro, apenas as soluções técnicas vindas de agentes de governo são insuficientes para dar vazão à problemas complexos, sendo necessária uma participação conjunta entre governo, sociedade civil e mercado. Em outras palavras, a atuação do governo de forma isolada para resolução de problemas complexos não é mais suficiente.

Nesse movimento de mudanças da governança, muitas vezes, em decorrência de fatos marcantes que levam a rupturas do padrão político, social e econômico vigente, despertam também interesse na comunidade acadêmica e se faz acompanhar de investigação dos problemas de governança. A pesquisa realizada por Bouckaert (2016) buscou compreender e explicar como a prática da governança na União Europeia mudou nos últimos trinta anos e como os pesquisadores tentaram acompanhar o ritmo de tais mudanças. Salienta que a pesquisa contínua e baseada em evidências pode ser parte das soluções dos problemas de governança.

No mesmo entendimento, de que as pesquisas acadêmicas acerca das mudanças da governança são importantes, Gindle (2017) destaca que as convenções de governança diferem entre países. Para ele as “pesquisas e discussões que buscaram compreender as circunstâncias que ocorreram as alterações das instituições, processos, sistemas, políticas e organizações geraram informações úteis sobre caminhos para melhorar a governança” (Gindle, 2017 p. 1).

A literatura consultada para elaboração deste artigo nos indica que a melhoraria da governança é um processo complexo e contínuo que não responde a receitas universais. Nas palavras de Gindle (2017, p. 2)

caminhos para melhorar a governança provavelmente serão numerosos, contingentes e sujeitos à história. Além disso, os defensores da reforma da governança agora **afirmam facilmente que a aparência de mudanças não é necessariamente igual à sua realidade**, no sentido de que a adoção de uma nova lei, a introdução de um novo sistema ou a alteração de regras formais **não se traduzem facilmente em mudanças na prática**. Eles concordariam que a implementação de mudanças é tão importante quanto a formulação de intervenções para o fazer. Além disso, grande parte da comunidade de desenvolvimento **reconhece que as instituições informais são tão importantes como ou talvez até mais importantes do que as formais na determinação de como a governança é feita**. (grifo nosso).

O termo governança é usado de forma transversal para tratar de diversos assuntos tanto na iniciativa pública e quanto na privada. É um conceito guarda-chuva que abarca diversos fenômenos em variados campos do conhecimento (Dias e Cario, 2012; Fattore at, al. 2017). A literatura nacional e internacional aponta a existência de diversas perspectivas e abordagens

dadas a ela e ainda há muita confusão no conceito (Dias e Cario, 2012). Nesse sentido, seguimos a linha de pensamento de Calmon e Costa (2013, p. 4) que definem a governança:

Governança se refere aos arranjos institucionais e, mais especificamente, às regras formais e informais que orientam os processos de tomada de decisão em contextos onde prevalece uma pluralidade de atores coletivos e individuais e **onde os mecanismos tradicionais de coordenação (hierarquias, mercados e redes formais) possuem pouca efetividade.** (grifo nosso).

É nesse contexto dinâmico que está inserida a governança universitária. E com a finalidade de aprofundar e conhecer melhor o campo da governança universitária, no contexto da governança pública, nosso objetivo neste estudo preliminar é mapear e analisar as publicações, a luz do método da bibliometria, que fazem referência a essa temática e verificar o quanto esse tema tem despertado interesse de pesquisa na academia. Para alcançar o objetivo construído, pesquisamos as publicações na base Web of Science.

Assim, este artigo está concebido em três partes além desta introdução. Na primeira parte apresentamos os fundamentos da governança a partir de uma revisão de parte da bibliografia que trata do tema e abordamos alguns aspectos da governança universitária. A seguir, apresentamos o método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa (bibliometria) sendo que adotamos a abordagem qualitativa e quantitativa; e por fim a apresentação e análise dos dados coletados e as conclusões.

2. FUNDAMENTOS DA GOVERNANÇA

O termo governança não é novo, os franceses têm usado o termo desde o século XIV (Kettl, 2015 p. 119; Bevir, 2012). Atualmente, especificamente nas últimas três décadas, o termo tem-se espalhado de forma rápida e em diversos campos do conhecimento. Ganhou maior destaque a partir dos anos de 1980, em consequência das reformas estatais providas da crise do Estado modernista (Bever, 2010 e 2011). Também é considerado um termo guarda-chuva por abrigar muitas formas de entendimentos da governança, como governança democrática, ambiental, corporativa, universitária e outras. Por outro lado, a luz da literatura consultada, o conceito de governança ainda é confuso e carece de maior desenvolvimento. Todavia, tem ganhado relevância no âmbito da gestão pública como objeto de pesquisa. Na academia tem sido estudada e aperfeiçoada ao longo do tempo, principalmente, na ciência política, na administração pública e na sociologia (Peters, 2011; Kettl, 2015; Grindle, 2017).

Dessa forma, para Bevir (2012):

a governança refere-se a todos os processos da organização social e coordenação social. Para ele a governança difere do governo porque em organização social não precisa envolver supervisão e controle, muito menos o Estado. Acredita que mercados e redes podem prover a governança na ausência de um governo (p. 7).

A chamada “nova governança”, em Bevir (2010), identifica uma bifurcação que conduz ao entendimento e dois movimentos distintos acerca da governança. O primeiro sob as influências das reformas neoliberais adota mecanismos de mercado com orientação para

privatizações, terceirização, desregulamentação, contratos de gestão. Esse movimento está associado à New Public Management (NPM), que adota práticas da iniciativa privada, o incentivo para que as organizações públicas assumam o modelo de gestão do setor privado e o foco em resultados. Em decorrência desse movimento que adotou o modelo de gestão NPM sob as orientações e fundamentação do neoliberalismo, visão neoclássica da economia, houve a fragmentação da prestação de serviço e a descentralização do poder estatal.

O outro movimento da “nova governança” indicado por Bevir (2010) adota a perspectiva da melhoria da democracia e com foco neodesenvolvimentista. Vai ao encontro do maior envolvimento de outros atores sociais, como organizações da sociedade civil – de nível local, regional, nacional e transnacional – na busca pelo desenvolvimento enquanto processo pensado de maneira concertada, co-produzido e para além da perspectiva econômica. Esse movimento envolve questões relacionais de interdependência de atores, em outras palavras redes de atores, guiadas por percepções e estratégias divergentes e às vezes conflitantes (Kijm e Koppenjan, 2016). Além disso, a governança vista como redes está inserida em um contexto institucional que pode ser “definido como o conjunto de regras formais e informais que influenciam no comportamento entre pessoas e organizações, assim como os modos de interpretar e aplicar essas regras na prática” (Calmon e Costa, 2013 p. 11).

É, nesses termos, que entendemos que o segundo caminho evidencia um movimento que vem se delineando nas últimas décadas com o intuito de atender ao novo tipo de relação entre Estado e sociedade. E, para nós, o segundo caminho da bifurcação explicado por Bevir (2010) mostra a governança pública com ideia de maior democratização dos processos haja vista que se delineia sob os aspectos da co-produção entre Estado, mercado e sociedade civil. E isso, inserido em um mundo que vem mudando rapidamente tanto em termos sociais quanto em termos tecnológicos, justifica a rápida capilarização do termo governança. Cada vez mais os governos precisam dar respostas às demandas sociais por serviços e não conseguem cumprir essa tarefa de forma isolada ou independente.

Semelhante ao exposto acima, Kettl (2015) entende a governança como uma maneira de descrever os vínculos entre o governo e seu ambiente mais amplo - político, social, administrativo. Para ele “a governança é uma maneira de capturar as iniciativas que os governos de vários países implantaram para reduzir seu tamanho enquanto lutam para atender às demandas de seus cidadãos” (p. 119). Como Pierre e Peters (2000) colocaram, a governança é sobre o "papel em mudança do governo na sociedade e sua capacidade de mudança para perseguir interesses coletivos sob severas restrições externas e internas". O que leva ao entendimento de “fazer mais com menos”.

Todavia, efetivar na prática “fazer mais com menos” é problemático em mundo complexo. Grindle (2017) citando Brinkerhoff e Brinkerhoff (2015) explica que a complexidade da gestão pública atualmente é:

a prestação de serviços de qualidade com menos recursos para diversas populações de usuários, os quais envolvem parceria efetiva com os setores privado e sem fins lucrativos, respondendo de forma flexível e rápida às mudanças nas demandas e necessidades, assegurando a segurança e a segurança dos cidadãos, estimulando o crescimento econômico e as oportunidades generalizadas e equitativas, e lidar de forma proativa com ameaças transnacionais. (Brinkerhoff e Brinkerhoff Grindle (2017, p. 2).

Para Grindle (2017) esta é uma orientação difícil para qualquer governo, e, em especial, para países pobres com grandes déficits em suas contas públicas. Nesse aspecto, o grande desafio da nova governança pública é colocá-la em prática em um mundo complexo, com rápidas mudanças e muitos grupos reivindicando seu espaço no processo decisório, ou na arena de disputa política (Bovary e Loffler, 2009; Grindle, 2017). Para que a prática possa ocorrer de forma equilibrada entre as partes têm-se nas definições acima apontamentos de caminhos, mas, o governo não consegue alcançar sozinho, precisa da participação da sociedade, visto que há a interdependência entre os atores (Kijm e Koppenjan, 2016).

Como uma proposta de minimização das dificuldades de colocar a nova governança em prática nós argumentamos que, uma das possibilidades, é a governança em redes desenvolvida por vários autores (Calmon e Costa, 2013; Kijm e Koppenjan, 2016). Entendemos que pode ajudar bastante na coordenação, cooperação, comunicação e resolução de conflitos indo ao encontro da meta-governança.

Dessa maneira, para Kijm e Koppenjan (2016) a administração pública, organizações privadas e sem fins lucrativos enfrentam cada vez mais problemas complexos e de difícil solução. Nas palavras dos autores “problemas com uma certa complexidade social e tecnológica” (Kijm e Koppenjan, 2016 p. 43), quando da formulação e implementação de políticas públicas para prestar serviços à sociedade. Os autores afirmam que essas atividades se desdobram em redes de atores interdependentes, dirigidas por percepções e estratégias divergentes e às vezes conflitantes, controladas por complexidades cognitivas, estratégicas e institucionais. Os autores sugerem que um meio melhor de lidar com essas complexidades é por meio de formas progressivas de coordenação, isto é, a governança da rede. As partes interessadas trabalham formas de gerenciar as complexidades de várias maneiras.

Ainda, Kijm e Koppenjan (2016), destacam que os governos podem não exercer o papel central, mas apenas ser um ator do processo político. Nesse sentido, o Estado torna-se um conjunto de redes inter-organizacionais, compostas por atores governamentais e da sociedade com nenhum ator soberano capaz de dirigir ou regular a política como um todo. Um dos principais desafios para o governo é permitir que essas redes busquem novas formas de cooperação. Em outras palavras, a hierarquia verticalizada, na governança em redes, fica dissolvida entre os vários atores tomando um aspecto horizontal, onde os atores possuem o poder de decisão tendo em vista a interdependência, mas, também entra nessa equação a assimetria de poder.

Em outras palavras, a importância da governança pública não é tanto colocar a questão de "qual estado?" "quanto do Estado?", mas sim - onde nós temos que lidar com o Estado como a interação de múltiplos atores intervenientes, cada um dos quais tem alguma responsabilidade pública de influência e moldar as decisões na esfera pública.

O que se pode abstrair acerca da governança de redes é que necessita da participação da sociedade civil, do mercado e do Estado para que haja contribuição e interação dos diversos atores para propor as metas que serão desenvolvidas pela gestão pública. Entretanto os vários atores que estão na arena de disputa nem sempre são igualmente importantes e relevantes em relação a uma determinada ação, ou seja, há uma assimetria de poder. Ainda mais em contextos tão desiguais como o Brasil, este é um fator preponderante a ser considerado. Este ponto de vista parece contraditório ao apregoado pelos conceitos e definições da nova governança pública de tratamento com igualdade. No entanto, o fato é que a governança eficaz exige a definição de prioridades, incluindo decidir quais dos seus intervenientes mais importam para a decisão que tem que tomar em uma determinada situação. E nesta definição

mora o perigo de reforçar a exclusão ou estabelecer canais de diálogos mais democráticos para lidar com a complexidade de demandas em curso.

Em conclusão, a nova governança pública é o processo pelo qual as sociedades ou organizações tomam importantes decisões, determinam quem participará e como será a prestação de contas para a sociedade (accountability). A governança pública e a forma como a administração pública trabalha com os seus parceiros, agentes e redes para influenciar os resultados das políticas públicas.

Nesse sentido, os governos devem buscar encontrar boas formas de construir a governança. Visto que não há uma receita a ser seguida por todos os Estados. Por outro lado, as crises de governança que os governos têm que lidar, como: escândalos de corrupção, manifestações populares nas ruas, torna necessário a presença da governança pública na agenda política.

3. GOVERNANÇA UNIVERSITÁRIA

As universidades têm experimentado reformas profundas nas últimas décadas, devido a diversos fatores como a demanda cada vez maior do mercado de trabalho por mão de obra especializada, a ampliação do acesso ao ensino superior por populações tradicionalmente excluídas do contexto universitário e, conseqüentemente, o crescimento do investimento público nesse tipo de instituição. Adicionalmente, Bleiklie, Enders e Lepori (2013) apontam que:

Universities have traditionally been considered as a specific kind of institution with peculiar organizational characteristics such as decentralized internal authority vested in subunits and individual professors, and a high degree of organizational autonomy from outside interests (...) Recognizing the growing social and economic importance of higher education, reform politicians have tried to remove or modify these peculiarities, making them more alike business enterprises that are generally being regarded as more cost effective forms of organizing large scale production processes, in this case aiming at more efficient production of educated candidates and research. (p. 1).

Um resultado do crescimento da importância como a popularização dos rankings internacionais iniciado pelo Academic Ranking of World Universities, conhecido como ranking de Shangai, que, conjuntamente ao Times Higher Education e o QS World University Rankings constituem os três rankings internacionais mais influentes no momento. Independente das críticas feitas aos rankings como erros nas coletas, falta de transparência na ponderação e pesos dos indicadores selecionados, o que resulta na dificuldade de replicar seus resultados, o ranqueamento hierárquico é uma realidade internacional que ganhou força nas últimas décadas alterando a relação das universidades no contexto internacional. Os aspectos positivos dos rankings, indicados por Pérez Esparrells e Gómez Sancho (2010), incluem accountability, benchmarking, e contribuição aos processos de avaliação da qualidade como ferramentas complementares aos processos oficiais.

Para Jarzabkowski e Fenton (2006) em organizações pluralistas como as universidades, a multiplicidade de membros e grupos internos possuem preferências obscuras e concorrem por objetivos diversos e conflitantes. Além disso a ambigüidade de metas, tecnologia problemáticas, gerenciamento econômico dominadas por alto profissionalismo, fragmentação do corpo técnico, processamento de pessoas e vulnerabilidade ambiental (Estrada, 2000 e

Reis, 2011) dificultam a gestão universitária a partir de modelos criados externamente para outros contextos organizacionais. Nesse contexto, a governança universitária requer uma abordagem adaptativa e flexível, capaz de lidar com fatores complexos, em um ambiente de grande descentralização da tomada de decisão, configurado por colegiados independentes e com grande autonomia, altamente especializados em áreas de conhecimentos amplamente diversos e com concentrações de poder.

Balbatchevsky, Kerbauy e Fabiano (2015) afirmam que a governança universitária deve refletir a complexidade dos mecanismos de ajuste e tomada de decisão presentes nas universidades, tornando a gestão universitária um exercício forçosamente de governança visto que diferentes microambientes são coordenados através de mecanismos complexos de ajustamento interno e externo combinando “lógicas hierárquicas, de mercado e acordos mútuos”.

Abaixo apresentamos alguns pontos comuns que estão presentes nos vários entendimentos de governança pública:

- cenário é de múltiplas partes interessadas (cidadãos, empresas, setor voluntário, mídia, etc.) em que os problemas coletivos não podem mais ser resolvidos apenas pelas autoridades públicas, mas exige a cooperação e colaboração de outros atores - e em práticas como mediação, arbitragem e auto-regulação pode muitas vezes ser mais eficaz do que a ação pública;
- existem regras formais (constituições, leis, regulamentos) e informais (códigos de ética, costumes, tradições), que estão presentes na negociação entre as partes interessadas;
- a nova governança tem oito características principais, ela é: participativa, orientada para o consenso, responsável, transparente, ágil, eficaz e eficiente, equitativa e inclusiva e segue a regra do direito;
- não se concentra apenas em estruturas de mercado como mecanismos de direção, como nas abordagens convencionais da "NPM", mas também considera hierarquias (tais como burocracias) e redes de cooperação como estruturas facilitadoras potenciais em circunstâncias apropriadas;
- não é estanque na lógica de entradas e saídas nas redes de governança, mas reconhece que as características dos processos-chave na interação social (transparência, a integridade, a inclusão etc.) são susceptíveis de ser valiosos em si mesmos;
- é inerentemente política, preocupa-se com a interação das partes interessadas;
- é sensível às necessidades presentes e futuras da sociedade.

Feito este arrazoado teórico sobre algumas das formas de se entender o que seja governança, passamos ao levantamento dos impactos deste tema na academia, a partir do levantamento dos artigos publicados sobre o assunto governança universitária.

4. MÉTODO

O método de pesquisa empregado neste estudo foi a bibliometria, com amostra não probabilística, obtida no período de junho e julho de 2018, na base de dados do *Web of*

Science. Conforme destacado por Araújo (2006) a bibliometria utiliza-se da abordagem quantitativa da comunicação científica escrita e, também, o uso de análises estatísticas para constatar os padrões das publicações referentes à governança universitária.

As pesquisas bibliométricas são desenvolvidas desde o início do século XX. Esse campo de pesquisa tem a finalidade de medir os índices de produção e disseminação do conhecimento científico. Ao longo do tempo tem evoluído principalmente após o advento do computador que possibilitou o uso de análises estatísticas mais sofisticadas (Araújo, 2006; Guedes e Borschiver, 2005).

O índice h foi proposto por Hirsch (2005), com o intuito de quantificar o impacto das publicações do pesquisador. Hirsch salienta que a medição da produção científica de cada pesquisador é importante para avaliar o desempenho acadêmico individualmente. Ele explica que o registro de publicação de um indivíduo e o registro de citação são dados que contêm informações úteis. Essa informação inclui o número (N_p) de artigos publicados ao longo de n anos, o número de citações (N_j) para cada trabalho (j), onde os periódicos os artigos foram publicados, seu parâmetro de impacto, etc. Dessa maneira, a partir de todas essas informações acerca da publicação do autor, Hirsch (2005) propôs o cálculo de um único número, o " h index", ou índice h , como uma maneira de caracterizar a produção científica de um pesquisador.

A coleta dos dados foi realizada em seis etapas, descritas a seguir.

1ª Etapa – Escolha da base de dados: Para a realização da busca das publicações utilizamos a *Web of Science*. Conforme Bar-Ilan (2008) a *Web of Science* possibilita a pesquisa bibliométrica de forma multidisciplinar em mais 8.700 periódicos que são destinados à publicação de pesquisa de alto impacto do mundo.

2ª Etapa – Determinação de algoritmo de busca: Em ambas as bases de dados foi utilizado o algoritmo: “University Governance”.

3ª Etapa – Realização da busca usando o algoritmo: Na base de dados *Web of Science*, no período de 1964 a 2018, foram encontrados 268 resultados publicados até 2018.

4ª Etapa – Seleção da amostra: A partir resultados obtidos na etapa anterior, foi realizada uma primeira leitura dos títulos e palavras-chaves visando selecionar trabalhos a partir dos seguintes critérios: 1) possuir a palavra-chave “University Governance” no título, resumo, ou palavras-chaves; 2) ser escrito em português, inglês ou espanhol; 3) ser artigo. Após o refinamento da amostra obteve-se o resultado final de 176 artigos.

5ª Etapa – Tratamento dos dados: Para a construção da análise de dados, com a amostra selecionada, utilizamos uma planilha Excel onde foram coletadas as seguintes informações: título dos artigos, palavras-chaves, autores, nacionalidade dos autores, ano de publicação, idioma, periódico, área de publicação de acordo com *Web of Science*, impacto do periódico mensurado pelo *Journal Citation Report (JCR)*, número de citações do artigo (índice h) também fornecido pelo *Web of Science*.

6ª Etapa – Análise dos dados: Com a amostra selecionada, foram analisadas as seguintes informações: título dos artigos, ano de publicação, autores, instituição de origem dos autores, palavras-chaves, idioma, área de publicação e agência de financiamento.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Primeiramente foi analisado a evolução das publicações que abordam governança universitária (Figura 1) e é possível observar o crescente interesse dos pesquisadores no tema, cujo número de publicações tem apresentado um aumento significativo especialmente nos últimos cinco anos. Conforme já exposto, o termo governança tem sido utilizado desde o século XIV, mas, foi nas últimas três décadas que o uso do termo se ampliou, especialmente influenciado por reformas estatais.

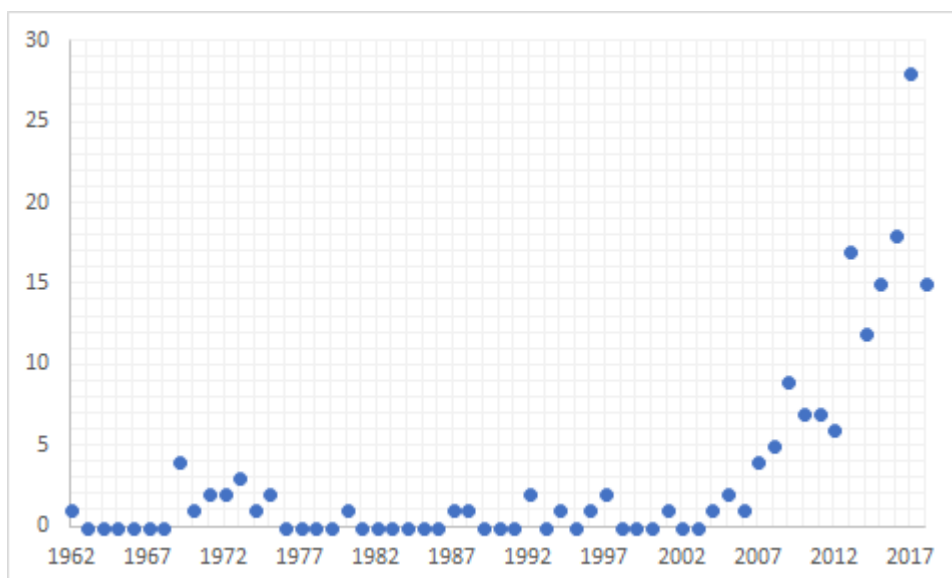


Figura 1: Evolução do número de publicações.
Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos autores, nenhum se destaca por grande produção no tema: Boer (3); Bleiklie, Brown, Brunner, Currie, Azcarraga, Florez-Parra, Knill, Kwiek, Luescher-Mamashela, Maassen, Mok, Osipian, Rowlands, Rungfamai, Sapir, Vidovich, Wang e Yang publicaram, cada um, apenas dois artigos, e os demais autores publicaram apenas um artigo. Esse achado reflete um baixo interesse da comunidade científica no tema que, embora apresente crescimento, ainda tem pouca produção científica, conforme demonstrado na Figura 1. Da mesma forma, nenhuma instituição se destaca pela produção de conhecimento na área: *University of London* (5), *Education University Of Hong Kong Eduhk* (4), *Monash University* (4), *University Of Granada* (4).

Conforme esperado, mais de 60% das publicações concentram-se na área educacional, seguida por economia (15%), legislação governamental (6%) e Administração Pública (5%). Da mesma forma, entre os dez periódicos que mais publicaram sobre o tema (38%), nove são da área educacional - *Studies in Higher Education*, *Higher Education*, *Asia Pacific Education Review*, *Higher Education Policy*, *Interchange*, *Asia Pacific Journal of Education*, *Educational Record* e *Higher Education Quartely* - e apenas um não é especializado - *European Review* - porém é interdisciplinar.

Cinco países acumulam 61,36% de todas as publicações analisadas: EUA (41), Inglaterra (21), Austrália (17), Espanha (17) e Alemanha (12). Chama atenção a quase baixa presença de pesquisas latino americanas, tendo sido identificado apenas sete estudos (3,98%): Equador (1), Colômbia (1) e Chile (5). Esse achado aponta para a necessidade de inserção do tema na agenda de pesquisa dos países da América Latina, em especial no Brasil, tendo em vista a crise anunciada que já rodeia as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), provocada pela promulgação da Emenda Constitucional 95, conhecida como Emenda do Teto

orçamentário, que limita os gastos públicos por vinte anos, afetando severamente o orçamentos das IFES pelas próximas duas décadas.

Em relação às citações foram identificadas na base do *Web Of Sciences* 883 citações globais, 826 citações sem autocitações, sendo que cada item tem, em média, 5,02 citações, alcançando um índice h16, com média de citações de 5,02. Ao reduzirmos o período de tempo analisado para 2000 a 2018 esse resultado se mantém, demonstrando relativa estabilidade no citações dos artigos. Além disso, da mesma forma que as publicações sobre o tema ganharam fôlego recentemente, o índice de citações também cresceu no mesmo período, corroborando o resultado encontrado (Figura 2). A queda no número de citações de 2018 percebida no gráfico justifica-se pelo período de coleta dos dados desta pesquisa, 1º semestre de 2018, e não reflete uma queda real na produção. Espera-se que novas publicações ao longo do ano de 2018 mantenham a taxa de crescimento citações e publicações indicada nos anos anteriores.

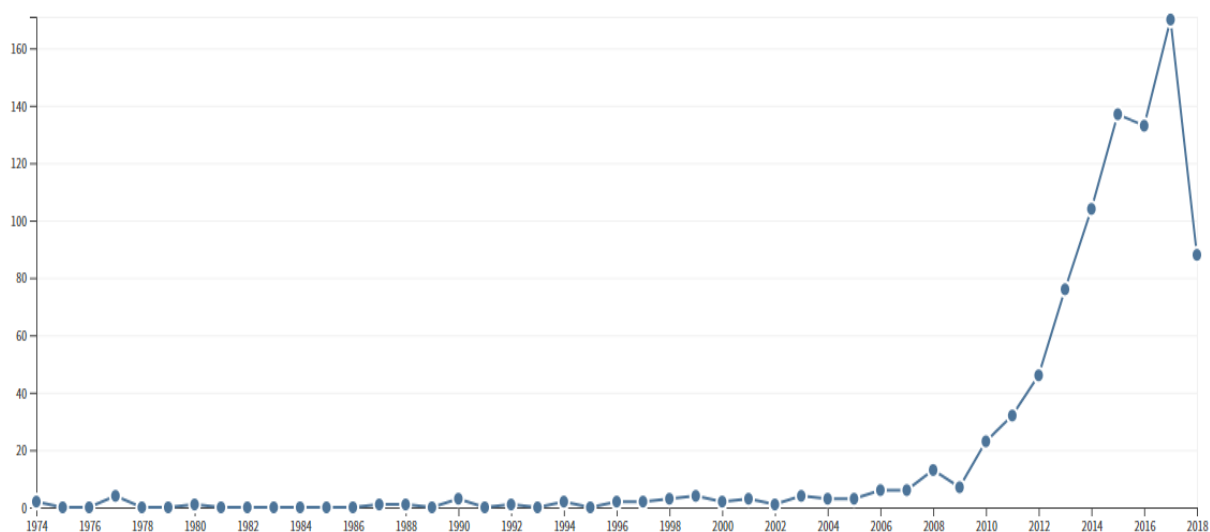


Figura 2: Evolução do número de citações.

Fonte: *Web of Science*, 2018.

Em relação ao idioma, há predominância do inglês (92%), uma pequena porcentagem em espanhol (8%), e não identificamos nenhum artigo em português na base pesquisada, padrão semelhante ao de pesquisas sobre “Governança” na mesma base de dados onde identificamos 69.229 artigos, sendo 67.950 (98%) em inglês, 936 (1,4%) em espanhol e 343 (0,5%) em português (Figura 3). A baixa representação de produções latino americanas neste estudo pode ser reflexo não apenas da hegemonia da língua inglesa no campo científico, mas também ter sido acentuada pela base de dados escolhida para a análise. Sugere-se complementar esta pesquisa em outra base de dados, como o SciELO que tem como foco publicações de pesquisas científicas de países em desenvolvimento, para ampliação da “visibilidade, acessibilidade, qualidade, credibilidade, uso e impacto nacional e internacional da publicação científica dos países em desenvolvimento, por meio da publicação integrada na Web de coleções nacionais, regionais, globais ou temáticas de periódicos científicos” (SciELO, 2010, p. 1).

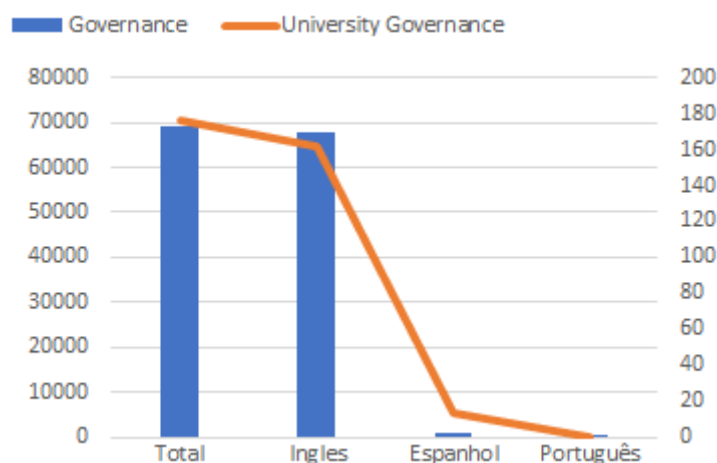


Figura 3: Proporção de publicações sobre “Governance” e “University Governance” por idioma..

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1 detalha as dez publicações mais citadas, das quais sete foram publicadas em periódico Q1 na categoria *Education & Educational Research* do *Journal Citation Report (JCR)*, uma no Q4 e duas não foram avaliadas na mesma categoria. Quanto à origem dos autores, três são da Austrália, duas dos EUA e as demais da Europa (Inglaterra, Alemanha, Holanda, Noruega e França) e uma da China.

Quadro 1: Publicações mais citadas.

Título	Autores	Ano	Citação	Média
Academic professionalism in the managerialist era: a study of English universities	Kolsaker, A.	2008	80	7,27
An analytical framework for the cross-country comparison of higher education governance	Dobbins, M.; Knill, C.; Voegtler, E. M.	2011	45	5,63
The balance between teaching and research in Dutch and English universities in the context of university governance reforms	Leisyte, L.; Enders, J.; de Boer, H.	2009	34	3,4
University Governance - A Property-Rights Perspective	Mccormick, R.; Meiners, R.	1988	30	0,97
University governance reforms: potential problems of more autonomy?	Christensen, T.	2011	28	3,5
University governance reforms: potential problems of more autonomy? Running universities as enterprises: University governance changes in Hong Kong	Chan, D.; Lo, W.	2007	27	2,25
How peer review empowers the academic profession and university managers: Changes in relationships between the state, universities and the professoriate	Musselin, C.	2013	26	4,33
Student participation in university governance: the role conceptions and sense of efficacy of student representatives on departmental committees	Lizzio, A.; Wilson, K.	2009	26	2,6
Governance and trust in higher education	Vidovich, L.	2011	24	3

Currie, J.				
Academic boards: less intellectual and more academic capital in higher education governance?	Rowlands, J.	2013	23	3,83

Fonte: Elaboração própria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados apontam para o crescimento do interesse de pesquisadores sobre o tema Governança Universitária, com maior destaque para os EUA e Inglaterra que despontam com o maior número de pesquisas. O número de publicações tem crescido regularmente desde 2009, bem como o número de referências. As publicações, conforme esperado, se concentram em periódicos da área da educação, com interlocução com as áreas de economia e administração pública, refletindo aspectos que têm influenciado profundamente o contexto universitário: mudanças no papel da universidade na sociedade, tanto pela demanda de mão de obra pelo mercado quanto pela entrada de um novo perfil de discentes; aumento do investimento público e a consequente demanda por *accountability* e a crescente atenção do governo às universidades.

Finalmente, esta pesquisa contribui para o campo do conhecimento sobre governança universitária. Por meio do mapeamento do perfil bibliométrico das publicações, desde 1964 até os dias atuais, a pesquisa nos revelou que a Governança Universitária, ainda, é um campo de pesquisa com amplas possibilidades de exploração e de novas pesquisas. Além disso, o cenário nacional e as profundas mudanças no perfil da Universidade sentidas nas últimas décadas, juntamente com o advento da Emenda do Teto orçamentário, demandará pesquisas mais aprofundadas para compreender e explicar os fenômenos da governança universitária no contexto latino americano, com suas configurações intrínsecas a essa região, e sob o aspecto de universidades jovens com o ensino superior em expansão. Esse é o quadro que se figura para os próximos anos.

Configura-se como limitação a realização da pesquisa em apenas uma base de dados *Web of Sciences*, para o qual propomos a replicação da análise em outras bases como SciELO, onde espera-se mais resultados latino americanos e em português e espanhol. Propõe-se também analisar qualitativamente as pesquisas no campo de governança universitária para identificar os temas mais comumente associados à governança universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carlos AA. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; KERBAUY, Maria Teresa; FABIANO, Neylor De Lima. A Governança universitária em transformação: a experiência das universidades públicas brasileiras. **KOGA-ITO, Cristiane Y.; LUCA, Tania R. de. Escola UNESP de liderança e gestão: instrumento para excelência da gestão institucional. São Paulo: Cultura Acadêmica**, p. 125-38, 2016.

BAR-ILAN, Judit. Which h-index?—A comparison of WoS, Scopus and Google Scholar. **Scientometrics**, v. 74, n. 2, p. 257-271, 2008.

BEVIR, Mark. Governança democrática: uma genealogia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, 2011.

_____. **Governance: A very short introduction**. OUP Oxford, 2012.

_____. **A Theory of Governance**. Berkeley: University of California Press, 2013.

BLEIKLIE, Ivar; ENDERS, Jürgen; LEPORI, Benedetto. Introduction: Transformation of universities in Europe. **Higher Education**, v. 65, n. 1, p. 1-4, 2013.

BOUCKAERT, Geert. Taking stock of “governance”: A predominantly European perspective. **Governance**, v. 30, n. 1, p. 45-52, 2017.

BOVARY, Tony and LOFFLER, Elke (2009). *Public Management and Governance*. 2nd Ed. London: Routledge, pp. 213-342.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Redes e governança das políticas públicas. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, 2013.

DIAS, Taisa; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Governança Pública: ensaiando uma concepção. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 3, 2014.

ESTRADA, Rolandro Juan Soliz. **Os rumos do planejamento estratégico na universidade pública: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Maria**. 2000. 206f. 2000. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)–Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FATTORE, Giovanni; DUBOIS, Hans FW; LAPENTA, Antonio. Measuring new public management and governance in political debate. **Public Administration Review**, v. 72, n. 2, p. 218-227, 2012.

GRINDLE, Merilee S. Good governance, RIP: A critique and an alternative. **Governance**, v. 30, n. 1, p. 17-22, 2017.

GUEDES, Vânia LS; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **CINFORM–Encontro Nacional de Ciência da Informação**, v. 6, 2005.

HIRSCH, Jorge E. An index to quantify an individual's scientific research output. **Proceedings of the National academy of Sciences**, v. 102, n. 46, p. 16569-16572, 2005.

KETTL, Donald F. The transformation of governance: Globalization, devolution, and the role of government. **Public administration review**, v. 60, n. 6, p. 488-497, 2000.

KOPPENJAN, Joop; KLIJN, Erik Hans. **Governance networks in the public sector**. Routledge, 2015.

JARZABKOWSKI, Paula; FENTON, Evelyn. Strategizing and organizing in pluralistic contexts. **Long Range Planning**, v. 39, n. 6, p. 631-648, 2006.

PÉREZ ESPARRELLS, Carmen; GÓMEZ SANCHO, José María. Los rankings internacionales de las instituciones de Educación Superior y las clasificaciones universitarias en España: visión panorámica y prospectiva de futuro. 2010.

PETERS, B. Guy. **Institutional theory in political science: The new institutionalism**. Bloomsbury Publishing USA, 2011.

PETERS, Guy (2000). *Governance and Comparative Politics*. In: PIERRE, J. (Ed.). *Debating Governance: authority, steering and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 36-53.

REIS, Cisne Zélia Teixeira. Estágios da institucionalização do modelo de alocação de recursos orçamentários das universidades federais brasileiras. **Viçosa, MG**, 2011.

THOMSON SCIENTIFIC. *Web of Science*, 2012. Disponível:
<<http://scientific.thomson.com/products/wos/>>. Acesso em: 20 junho, 2018.